

Revista  
Latino-americana de

# Geografia e Gênero

Volume 10, número 2 (2019)  
ISSN: 2177-2886

Diálogo  
Movimentos  
Sociais

## Descortinando os Paradigmas da Violência de Gênero: Um Debate além dos Muros do IFRJ

*Desentrañar los Paradigmas de la Violencia  
de Género: Un Debate más allá de los Muros  
de la IFRJ*

*Unveiling the Paradigms of Gender Violence: A  
Debate Beyond the Walls of The IFRJ*

**Ivan Ignácio Pimentel**

Universidade Federal de São João Del-Rei - Brasil  
ivanpimentel@ufsj.edu.br

**Ana Carolina Santos Barbosa**

Universidade Federal Fluminense e CAP-UERJ -  
Brasil  
geog.carolina@hotmail.com

**Rafael Nascimento Souza Brasil**

Instituto Federal do Rio de Janeiro - Brasil  
jrafael.brasil@ifrj.edu.br

**Ricardo Guimarães Almeida**

Instituto Federal do Rio de Janeiro - Brasil  
ricardo.guimaraes@ifrj.edu.br

**Aline Miranda Cardoso**

Instituto Federal do Rio de Janeiro - Brasil  
aline.cardoso@ifrj.edu.br

**Flávia Vidal Magalhães**

Instituto Federal do Rio de Janeiro - Brasil  
flavia.magalhaes@ifrj.edu.br

**Luciana da Silva Dias**

Instituto Federal do Rio de Janeiro - Brasil  
lucianaalmeidap27@gmail.com

Como citar este artigo:

PIMENTEL, Ivan I.; BARBOSA, Ana C. S.;  
BRASIL, Rafael N. S.; ALMEIDA, Ricardo G.;  
CARDOSO, Aline M.; MAGALHÃES, Flávia V.;  
DIAS, Luciana S. Descortinando os Paradigmas da  
Violência de Gênero: Um Debate além dos Muros do  
IFRJ. **Revista Latino Americana de Geografia e  
Gênero**, v. 10, n. 2, p. 271 - 291, 2019. ISSN 2177-  
2886.

Disponível em:

<http://www.revistas2.uepg.br/index.php/rlagg>

# Descortinando os Paradigmas da Violência de Gênero: Um Debate além dos Muros do IFRJ

*Desentrañar los Paradigmas de la Violencia de Género: Un Debate más allá de los Muros de la IFRJ*

*Unveiling the Paradigms of Gender Violence: A Debate Beyond the Walls of The IFRJ*

## Resumo

O presente texto é fruto de um projeto de extensão desenvolvido em 2018 no Instituto Federal do Rio Janeiro - Campus Avançado de Resende, cuja cidade é marcada pela presença da Academia Militar das Agulhas Negras (AMAN). O projeto teve como objetivo central a realização de debates sobre violência de gênero e direitos humanos em diversas escolas públicas estaduais. Para isso, foram sistematizados dados a partir de entrevistas realizadas pelos bolsistas com outros estudantes. Dessa forma, o projeto representou tanto uma possibilidade de exercício da autonomia e diálogo discente, quanto uma fissura no conservadorismo e na naturalização de múltiplas formas de violência de gênero que vêm se perpetuando ao longo de séculos.

Palavras-Chave: Educação; Gênero; Violência.

## Resumen

Este texto es el resultado de un proyecto de extensión desarrollado en 2018 en el Instituto Federal de Río de Janeiro - Resende Advanced Campus, cuya ciudad está marcada por la presencia de la Academia Militar Agulhas Negras (AMAN). El objetivo principal del proyecto es mantener debates sobre violencia de género y derechos humanos en varias escuelas públicas estatales. Para ello, se sistematizaron los datos de las entrevistas realizadas por los becarios con otros estudiantes. Por lo tanto, el proyecto representaba tanto la posibilidad de ejercer la autonomía y el diálogo estudiantil, como una fisura en el conservadurismo y la naturalización de múltiples formas de violencia de género que se han perpetuado durante siglos.

Palabras-Clave: Educación; Género; Violencia.

## Abstract

This text is the result of an extension project developed in 2018 at the Federal Institute of Rio Janeiro – Resende Advanced Campus, an institution located in a city that is marked by the presence of the Academia Militar das Agulhas Negras (AMAN) [the Agulhas Negras Military Academy]. The main objective of the project was to undertake discussions about gender violence and human rights in state public schools. To achieve this, data were systematized from interviews conducted by the research fellow with other students. So, the Project provided a way of exercising autonomy and student dialogue, as well as a fissure in conservatism and in the naturalization of multiple forms of gender violence that has been perpetuated for centuries.

Keywords: Education; Gender; Violence.

**Ivan Ignácio Pimentel, Ana Carolina Santos Barbosa, Rafael Nascimento Souza Brasil, Ricardo Guimarães Almeida, Aline Miranda Cardoso, Flávia Vidal Magalhães, Luciana da Silva Dias**

272

## Introdução

Vivemos dias sombrios em que debater sobre determinadas temáticas tornou-se um ato considerado contra-hegemônico ou até mesmo subversivo. Vivenciamos indivíduos apregoando a “cura gay” e temos que lidar com pessoas acreditando na lendária distribuição de “kits gays” em escolas públicas. Dias difíceis<sup>1</sup>! Entretanto, diante das dificuldades, muitos professores da educação básica têm buscado forças, realizando propostas e projetos com o objetivo de combater fake news e proporcionar aprendizagens significativas em temáticas ainda consideradas tabus em pleno século XXI.

Em função desse contexto<sup>2</sup>, acreditamos ser uma estratégia compartilhar uma experiência que se tornou uma importante ferramenta de aproximação, de forma a “não soltarmos as mãos”. O desejo de possibilitar que o nosso trabalho seja público, para nós, representa uma forma de resistência, uma maneira de trocarmos experiências e nos fortalecermos na luta por uma educação pública, gratuita e reflexiva, capaz de formar pessoas que minimamente indaguem as falsas informações, as atitudes arbitrárias e antidemocráticas presentes no atual cenário brasileiro.

Tudo isso com a perspectiva de rompermos com o moralismo latente que manipula informações e as trata de forma pífia especialmente no tocante a temas como gênero e sexualidade, chegando a denominá-los como “ideologia de gênero”. Assim, esse termo vem sendo propagado como “mais uma barbárie contra o lar e as famílias” de um Brasil conservador e puritano. Entretanto, é relevante lembrarmos que o Brasil é um país marcado pela violência contra a mulher e que esta ocorre principalmente no “sagrado” espaço da casa.

Em face do atual cenário, a escola tornou-se, mais que nunca, um campo de disputas e como educadores defendemos que urge a necessidade de pluralizarmos o debate<sup>3</sup>, de tornarmos a temática mais visível e legível diante da comunidade como um todo, combatendo algumas “lendas urbanas”, como a popularização de “fake news”<sup>4</sup>, e de problemas que assolam as escolas de Resende, como a vulgarização dos mais diversos tipos de violências de gênero.

Ao propormos o tema violência de gênero em projeto extensionista, o

---

1 Dias em que o movimento “escola sem partido” utiliza o discurso da “ideologia de gênero” para criar empecilhos para professores debaterem sobre as desigualdades vividas em função de marcadores identitários como os de gênero e de orientação sexual. Os constrangimentos e acusações infundadas são discutidos por Fernando Penna através do que nomeou “contexto de conquistas em risco”. De forma que outras bandeiras foram somadas ao já notório caráter antidemocrático subjacente ao projeto, de defesa em prol de uma escola destituída de suas funções educacionais mais básicas. Vale ressaltar que este foi, portanto, ancorado em um (criado) binarismo “escola com partido versus sem partido”, que ganha novos contornos e publicidade através dos planos (municipais e estaduais) de educação. Fonte: <http://www.anped.org.br/news/entrevista-com-fernando-de-araujo-penna-escola-sem-partido-serie-conquistas-em-risco>

2 “Nesses discursos, também ganha uma nova legitimidade a velha ideia dos direitos humanos como uma fórmula que concede proteção indevida às pessoas com comportamento antissocial” (MIGUEL, 2016, p. 592).

3 Ativos na oposição do direito ao aborto, a compreensões inclusivas da entidade familiar e a políticas de combate à homofobia, entre outros temas, os parlamentares fundamentalistas se aliam a diferentes forças conservadoras no Congresso, como os latifundiários e os defensores dos armamentos, numa ação conjunta que fortalece a todos. Fora do Congresso, pastores com forte atuação política e forte presença nas redes sociais, dão voz à sua pauta (MIGUEL, 2016, p. 593).

fazemos diante da necessidade de debatermos a nível da educação básica para muitos jovens em risco de vulnerabilidade. Assim, este trabalho estabeleceu como objetivo central a construção de debates e palestras sobre a temática violência de gênero, no IFRJ e em outras escolas, atingindo diversas instituições no Município de Resende, Sul Fluminense do Rio de Janeiro.

Diferentemente de grande parte das escolas públicas do Brasil, o Instituto Federal, a partir do tripé ensino, pesquisa e extensão, nos possibilita abordar a questão de gênero a fim de facilitar o protagonismo dos estudantes vinculados à educação básica, notadamente os engajados como bolsistas voluntários e a outra modalidade. Assim, o aluno, ainda no ensino médio, torna-se protagonista e exercita sua autonomia em um trabalho delicado no município em tela, o qual atualmente conta com índices significativos de violência contra a mulher.

Para realizarmos o projeto de extensão em tempo hábil, ou seja, ao longo de 18 meses, estruturamos o nosso trabalho em três partes. No primeiro momento, fizemos uma revisão bibliográfica para proporcionar uma maior aproximação com a temática. Posteriormente, os alunos bolsistas realizaram algumas entrevistas e, coletivamente, construímos alguns gráficos. Por último, apresentamos esses gráficos em oficinas e palestras. Ademais, através dos dados, buscamos contribuir para a realização de políticas públicas na cidade de Resende.

Em nossas reuniões, conseguimos visualizar que a identidade de gênero fora construída e “emoldurada” de acordo com o padrão identitário binário, no qual o viés de submissão foi perpetuado/instituído a partir de relações de poder, limitando o papel da mulher na sociedade. Para tornar essa perspectiva mais nítida, no segundo momento do projeto de extensão, os alunos bolsistas realizaram entrevistas com 38 alunas do ensino noturno subsequente do IFRJ.

Essa etapa do trabalho foi muito importante para os nossos estudantes, pois a partir das entrevistas eles conseguiram observar os discursos e correlacioná-los com a bibliografia anteriormente estudada. Para nós, docentes e técnicos administrativos, ao longo de cada etapa, nossos alunos obtiveram crescimento e conseguiram entender a importância de estudarem e se apropriarem da temática. A cada entrevista, os inúmeros aspectos da violência de gênero se descortinavam diante dos olhares dos jovens pesquisadores.

Após a realização das entrevistas, juntamente aos dois alunos bolsistas, o professor de matemática que participou do projeto se disponibilizou a elaborar alguns gráficos. O professor de geografia trabalhou com os discentes a capacidade de lerem e interpretarem os gráficos e, de fato, construíram um banco de dados. Essa parte foi de vital importância para que os alunos pudessem verificar a concretização de um trabalho dito científico, promover um debate amplo e rico, que rompesse o senso comum e ultrapassasse os limites dos muros do Instituto Federal do Rio de Janeiro.

Através do projeto de extensão, os alunos têm a possibilidade de tornarem-

---

4 Algumas notícias/ boatos sobre a "mamadeira erótica de Fernando Haddad" são “viralizadas” nas redes sociais e em grupos de WhatsApp. Pessoas acreditaram na veracidade do conteúdo e ficaram indignadas. Conforme foi noticiado no seguinte sítio: <https://www.pragmatismopolitico.com.br/2018/10/mamadeira-erotica-de-haddad-fake-news.html>

se protagonistas<sup>5</sup>, rompendo com o modelo de “educação bancária” e possibilitando a produção de difusão de conhecimento, produzido a partir da e para a escola. Assim, propor um debate com base em dados construídos no IFRJ contribuiu para trazeremos a luz atos de violência simbólica ou física que ainda hoje estão presentes nas mais diversas esferas da sociedade, em diferentes espacialidades, principalmente no município em que o projeto se desenvolveu, tendo em vista que ainda possui elevados índices de violência contra a mulher<sup>6</sup>.

### Diálogo entre Docentes, Técnicos Administrativos e Discentes: Debates e Fundamentação Teórica

Diante de uma temática sensível e considerada nova para a maior parte do grupo, a primeira fase do projeto, que consiste na revisão bibliográfica, possibilitou uma maior aproximação com a literatura pertinente, serviu para quebrarmos alguns paradigmas que carregávamos e possibilitou um processo de reconstrução identitário a cada reunião que realizávamos.

Não podemos desconsiderar que fomos moldados em uma estrutura social patriarcal e machista, a qual foi responsável por colonizar os nossos corpos, pensamentos e comportamentos de acordo com a lógica dos padrões feitos dominantes. Esse momento inicial foi importante, por conseguinte, para “descolonizarmos” nossas mentes e nos prepararmos para todas as possíveis surpresas ao longo do projeto.

Sabemos que diálogo entre identidade e espaço no ambiente escolar deve ser realizado de forma contínua, pois a vivência espaço temporal pode ser concebida de forma contínua ou descontínua, com rupturas brutais, como argumenta Corrêa (2000) em sua discussão sobre o espaço como conceito chave da geografia. Segundo o autor, no processo de produção e organização do espaço, os grupos sociais criam um conjunto de ações, através das quais são possibilitadas a criação, a reprodução, a destruição e a reconstrução das formas e das interações espaciais.

Diante da proposta, nossas primeiras leituras tiveram como centralidade o processo de construção da identidade e sua relação com o espaço, em especial o escolar. Para debatermos sobre a temática e entendermos identidade de

5 A curiosidade, a criatividade, a capacidade de descoberta de si, do outro e do mundo são algumas das peculiaridades da inteligência humana. Como potencializar a aprendizagem e o desenvolvimento humano? Diante dessa indagação, enfatizo que a educação é um processo permanente, contínuo e ininterrupto ao longo de toda a vida. Por isso, a educação deve ser um processo de promoção de igualdade, dignidade e construção de uma sociedade democrática, multicultural, solidária e responsável pelo desenvolvimento individual e coletivo de todos os indivíduos (ARAÚJO, 2018, p. 293).

6 “Dossiê Mulher 2015”, as mulheres fluminenses ainda são as maiores vítimas dos crimes de estupro (83,2%), tentativa de estupro (91,3%), calúnia, injúria e difamação (73,6%), ameaça (65,5%) e lesão corporal dolosa (64,0%). Segundo esse documento, os registros policiais de violência contra a mulher cresceram de 2013 para 2014. No ano de 2014, ano base para a produção do Dossiê 2015, 47 mulheres foram estupradas em Resende e houve mais três tentativas. Outras 728 mulheres foram ameaçadas, 11 sofreram tentativas de homicídio, 591 foram agredidas e duas foram mortas. Esse cenário corrobora a importância desse projeto que alia pesquisa e extensão. Apesar de não ser fonte direta para esta fase do projeto, destacamos que em face das formas interseccionais pelas quais as violências são sofridas e pela carência na produção de dados que deem visibilidade às mulheres trans e travestis, indicamos como fonte de consulta os dossiês organizados por Bruna G. Benevides e Sayonara Nogueira, disponíveis no sítio da ANTRA - <https://antrabrasil.org/mapadosassassinatos/>

gênero, utilizamos como referências algumas análises realizadas por Elizabeth Badinter, Guacira Lopes Louro, Joseli Maria da Silva, Judith Butler, Jurandir Freire Costa, Stuart Hall e Zygmunt Bauman. Assim, ancorados nas referências citadas, consideramos que a construção de nossa identidade é um processo, ao mesmo tempo relacional, formado na “interação” entre o eu e a sociedade, construído em um diálogo contínuo com os mundos culturais “exteriores” e as identidades que esses mundos oferecem.

Objetivando um diálogo entre a construção dos gêneros e a lógica de poder, optamos em fazer um breve diálogo com Marilena Chauí, Michel Foucault, Pierre Bourdieu e Simone de Beauvoir. No entendimento de Bourdieu<sup>7</sup>, podemos representar o mundo social em forma de um espaço, construído na base de princípios de diferenciações ou de distribuição, constituído pelo mundo das propriedades que atuam no universo social considerado, apropriados para conferir força ou poder nesse universo. Os agentes ou grupos de agentes são definidos por suas posições relativas nesse espaço.

Esse poder pode ser definido como local que permite a associação de indivíduos, tendo em vista a realização de um objeto em comum. Tal objetivo possibilita posições e práticas sociais que fundamentam a formação de grupos, os quais podem ser de natureza econômica, política, cultural ou social e que se referem aos vínculos que os homens podem tecer entre si para atingir a mesma finalidade e desenvolver a ação comum, de forma que cada relação tipificada possui uma espacialidade, composta por relações de poder.

Nos moldes de Foucault não podemos considerar a existência de um metaconceito chamado poder, localizado em algum lugar ou emanando de alguma coisa, mas colocando-se como uma feição heterogênea e em transformação. Portanto, “o poder não é um objeto natural, uma coisa; é uma prática social e, como tal, constituída historicamente” e espacialmente.

Nessa mesma perspectiva, dialogaremos com Simone de Beauvoir que, em sua obra *O "segundo sexo"* (1967), afirma que o corpo das mulheres não basta para defini-las, uma vez que a materialidade corpórea só adquire existência quando assumida pela consciência das ações no seio da sociedade.

Por último, não poderíamos deixar de lado Judith Butler (1993), a qual argumenta que os corpos regidos por normas de gênero não estão limitados a executar os padrões hegemônicos de feminilidade ou masculinidade, tampouco são superfícies preexistentes e fixas; ao contrário, eles são maleáveis e materializam as identidades de gênero por meio de processos de subjetivação das normas incorporadas, que as expressam nas vivências cotidianas. É a partir desse diálogo que trazemos para o centro da cena a possibilidade de (re)existência e reinvenção da norma.

Através dos referenciais teóricos utilizados na fase inicial do projeto de extensão, conseguimos construir com os jovens pesquisadores discentes para além das categorias restritivas dos binarismos. Para nós, essa visão simplista impossibilita alterações sociais e “naturaliza” os papéis sociais de acordo com a lógica de gênero. Dessa forma, optamos por um referencial teórico que nos possibilitasse propor que as identidades de gênero são instáveis, pois estão em constante transformação. Isso constitui uma importante ferramenta para a

7 Bourdieu, P. *O Poder Simbólico*. Rio de Janeiro: Bertrand, 1998.

desconstrução das noções de masculinidade e feminilidade, contribuindo para romper com o histórico de violência de gênero que ainda hoje se efetiva na sociedade brasileira.

### **O Campus Avançado Resende: A Aplicação dos Questionários e o Envolvimento da Comunidade**

Nossa proposta de trabalho tem como fator estimulante a preocupação com o futuro da comunidade escolar, que envolve alunos, técnicos administrativos, funcionários terceirizados, docentes e a “vizinhança”, tendo em vista que questões que envolvem violência e gênero ainda são, frequentemente, reproduzidas nos mais diversos âmbitos sociais, inclusive na escola.

Consideramos o jovem como um ator social, capaz de refletir e entender que os frutos da sua pesquisa e extensão podem ser aplicados no cotidiano em que está inserido<sup>8</sup>, inclusive para transformar a nossa pesquisa em algo palpável na nossa escola e também para ultrapassarmos os muros dela. Sendo assim, de acordo com os objetivos extensionistas, conseguimos levar o conhecimento produzido a partir do IFRJ Campus Avançado Resende para outras escolas, dando novos contornos aos debates através da participação da comunidade.

O levantamento de dados primários se deu a partir da realização de 38 entrevistas com servidoras e com as alunas dos cursos de Formação Inicial e Continuada (FIC), Técnico em Guia de Turismo e em Segurança do Trabalho, que constituem a parte quantitativa e qualitativa da pesquisa. Nessa etapa da pesquisa, os dados foram obtidos durante a realização dos trabalhos de campo, onde a equipe conseguiu apreender alguns aspectos importantes acerca das vivências das mulheres pertencentes à comunidade do IFRJ.

Através de questionários semiestruturados, buscamos “trazer a luz” a naturalização de papéis de gênero e as múltiplas formas de violência as quais muitas mulheres são submetidas. Para responder a questão central, nosso questionário buscava entender a percepção das nossas interlocutoras acerca do papel da mulher na sociedade, do acesso à educação e da percepção sobre as múltiplas violências de gênero. Esse momento surpreendeu os nossos alunos bolsistas, tendo em vista que eles não tinham dimensão do quanto a violência é naturalizada e também porque conseguiram visualizar diversos elementos dos debates inicialmente realizados.

Durante a concretização do projeto, construímos uma importante parceria com a Coordenadoria de Mulheres da cidade que já conta com larga experiência de atuação nessas questões. Como é possível notar, a relação pesquisa, ensino e extensão perpassa toda a execução do projeto, uma vez que a pesquisa se deu, sobretudo, na e com a nossa escola.

Cabe destacar que a parceria com a Coordenadoria de Mulheres do Município de Resende foi de grande valia para conseguirmos ultrapassar os muros institucionais e alcançar o público externo, uma vez que ela realiza um trabalho constante em escolas municipais e estaduais.

<sup>8</sup> “A educação como processo indissociável da vida humana de modo global, como ato político, processo de humanização e emancipação, é uma das condições básicas para a superação da cultura da violência e de injustiças presentes no cotidiano social brasileiro” (ARAÚJO, 2018, p. 293).

Ao longo da nossa trajetória, observamos que todos os envolvidos no projeto se preocuparam com a coletividade durante a produção de conhecimento. Assim, através do cruzamento dos dados obtidos com o referencial teórico, conseguimos visualizar a realidade das mulheres que frequentavam o Campus Resende.

Com a realização da revisão bibliográfica e construção dos gráficos, tivemos a concretização do projeto produzido pelas e para as escolas de ensino médio. Com o projeto pronto nos restava apenas uma coisa: romper com os paradigmas de gênero que naturalizam as múltiplas formas de dominação, instrumentalizar a discussão e debater com a secretaria, mesmo que em escala local, para construirmos uma sociedade mais justa, menos violenta e mais solidária, além dos muros do IFRJ, conforme a proposta inicial do trabalho em tela.

Na próxima parte do trabalho, apresentaremos os gráficos construídos e faremos alguns relatos sobre a apresentação do projeto de extensão em algumas escolas estaduais, assim como mostraremos a reação dos alunos com os dados produzidos a partir da realidade da escola.

### **A Produção de Dados e os Diálogos: A Concretização do Projeto de Extensão**

Como destacamos anteriormente, para a realização de um projeto de extensão torna-se relevante o desenvolvimento de uma temática que esteja em ampla correlação com o recorte espacial estabelecido. Por meio de uma breve pesquisa sobre Resende no “dossiê da mulher”, observamos que a desigualdade de gênero entre homens e mulheres e a sua expressão mais cruel, a violência doméstica e familiar contra as mulheres, são problemas que precisam ser enfrentados durante todo o ano, nas mais diversas espacialidades vivenciadas por nossos corpos.

Temos a certeza de que a diminuição dos casos de violência contra a mulher, bem como das desigualdades de gênero ultrapassam os limites de atuação de um projeto de extensão, uma vez que implicam políticas públicas efetivas nesse sentido. Assim, defendemos que a promoção de debates em escolas públicas e associação de moradores, com a parceria da Coordenadoria da Mulher, são pontos multiplicadores que nos possibilitariam discutir sobre questões de gênero, dando visibilidade a uma temática tão rica, ainda que pouco debatida, o que reflete um sério problema municipal.

Como destacamos anteriormente, para a realização dos debates, foram construídos alguns gráficos, os quais se tornaram fundamentais e nos possibilitaram uma visão mais ampla e abundante sobre o microcosmo da nossa escola e o quanto a violência de gênero se faz presente no cotidiano de muitas alunas e, ao mesmo tempo, é naturalizada por diversas famílias.

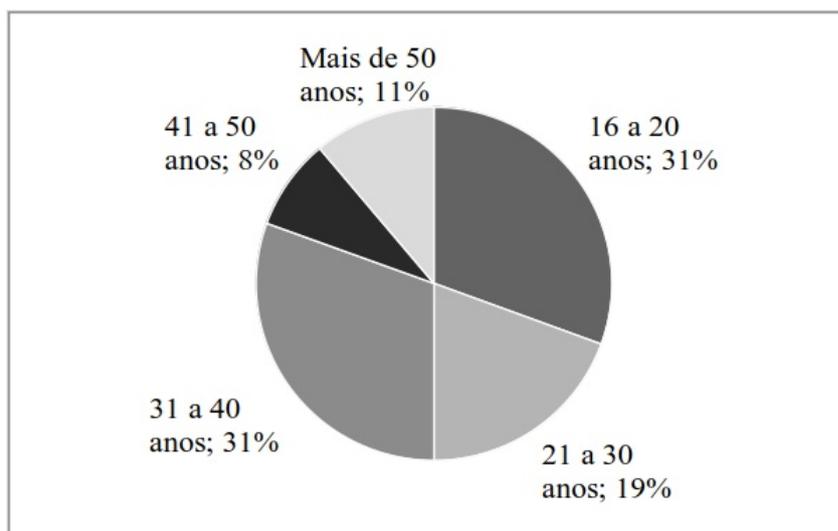
Esse momento foi basilar para que docentes, técnicos administrativos e nossos bolsistas conseguissem enxergar o real problema presente na rotina da nossa escola e, ao mesmo tempo, foi fundamental para encorajá-los diante da empreitada que se erguia: a realização de oficinas e palestras em diversas escolas. Para tornar a nossa apresentação mais didática e menos enfadonha, utilizamos alguns vídeos do “Porta dos Fundos”<sup>9</sup>. Esses curtas foram

fundamentais para aproximarmos a nossa pesquisa do cotidiano dos alunos das escolas públicas e fugirmos do “padrão” de palestras.

No momento inicial, propomos um recorte envolvendo idade e renda dos nossos interlocutores, pois durante a revisão bibliográfica havíamos observado que a violência de gênero se faz presente em diferentes faixas etárias e em todas as classes sociais.

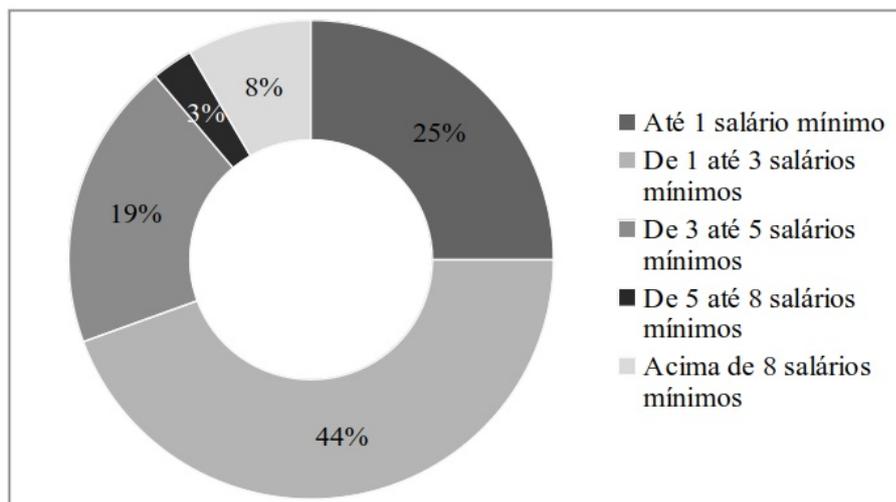
Assim, as 38 entrevistadas foram divididas a partir da faixa etária e da renda, respectivamente, conforme os gráficos 1 e 2.

Gráfico 1 – Idade das Entrevistadas



Organização: GUIMARÃES, Ricardo (2018).

Gráfico 2 – Distribuição da Renda Familiar



Organização: GUIMARÃES, Ricardo (2018).

A partir da análise do gráfico 1, concluímos que 31% das entrevistadas possuem entre 16 e 20 anos, configurando um público jovem que ainda anseia entrar no mercado de trabalho. Por conta dessa questão, buscam se especializar para se inserirem na lógica de mercado competitiva, assim como as entrevistadas da faixa entre 21 e 30 anos. Com isso, observamos uma

9 Durante as nossas oficinas utilizamos os seguintes vídeos: “Cantada, Piranho e Juíza”.

configuração que rompe com lógica de espaços previamente determinados, ou seja, que dicotomizava os espaços públicos e privados, nos quais, segundo a heteronorma, cabia ao homem o espaço da “rua” e à mulher o espaço da “casa”.

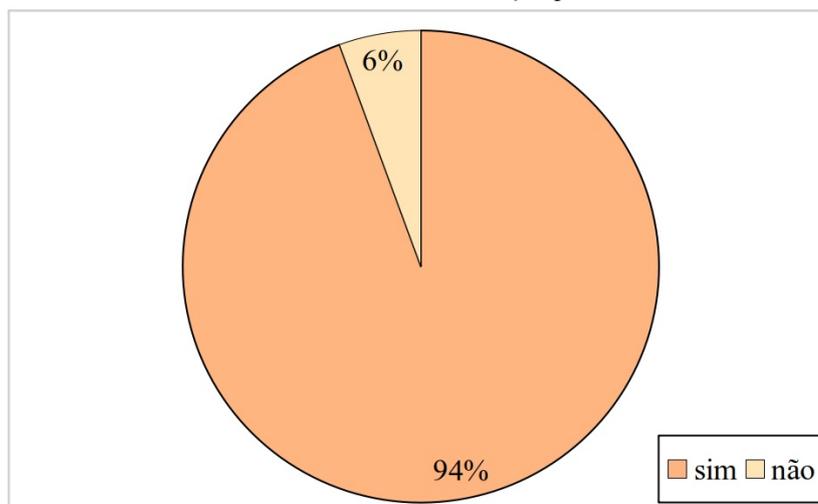
Embora algumas entrevistadas sejam servidoras do campus, consideramos pertinente ressaltar o considerável percentual de mulheres entre 31 e 40 anos buscando novas formas de inserção no mercado de trabalho ou tentando mudar o seu setor de atividades, sobretudo pelo elevado nível de desemprego na região.

Outro ponto que despertou nosso interesse foi a variável com mais de 50 anos. Ao longo das entrevistas, pudemos constatar que 90% dessas mulheres se casaram antes dos 20 anos, começaram a trabalhar ainda na adolescência e só agora puderam retomar seus estudos. Nessa etapa do trabalho, os alunos conseguiram identificar mudanças geracionais e em diversos momentos correlacionaram os gráficos com a realidade de suas famílias, pois cabia à mulher o papel social de “cuidar da casa” e aos homens o papel de “prover o sustento da família”, o que simboliza a perpetuação de valores patriarcais e machistas.

A busca por especialização em diferentes faixas etárias também pode ser associada à variável renda, tendo em vista que 60% das entrevistadas possuem renda familiar abaixo de 3 salários mínimos. Assim, muitas mulheres têm a expectativa de entrarem no mercado de trabalho ou obterem promoções, podendo se dedicar a uma atividade mais rentável, de forma a propiciar mais conforto e segurança para suas famílias.

Outro importante elemento observado ao longo dessa etapa do projeto diz respeito ao estímulo, por parte da família, às mulheres para acessarem ao sistema educação. No Gráfico 03, podemos observar que apenas 6% das mulheres não foram motivadas a buscarem novas formas de qualificação no IFRJ. Este gráfico reflete significativas mudanças em diversas esferas, pois outrora muitas mulheres tiveram que se dedicar ao “espaço privado” da casa, o que promovia um afastamento do espaço escolar<sup>10</sup>.

Gráfico 3 – Percentual de Motivação para Estudar



Organização: GUIMARÃES, Ricardo (2018).

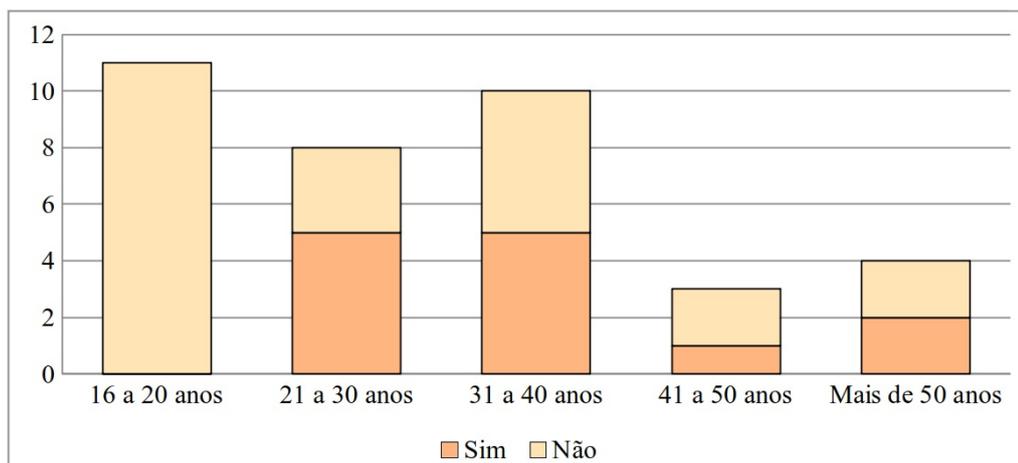
Ivan Ignácio Pimentel, Ana Carolina Santos Barbosa, Rafael Nascimento Souza Brasil, Ricardo Guimarães Almeida, Aline Miranda Cardoso, Flávia Vidal Magalhães, Luciana da Silva Dias

De acordo com as nossas interlocutoras, a questão econômica é uma variável importante para que muitas mulheres voltem a frequentar o espaço escolar. Entretanto, através de muitas falas, concluímos que limitar esse movimento de retorno à escola somente em relação à questão da renda empobreceria nossa análise.

Em face disso, torna-se importante entendermos as subjetividades do retorno à escola. Assim, podemos observar que esse movimento se correlaciona a múltiplas questões, o que envolve uma forma de apropriação a um espaço que outrora fora negado por inúmeros motivos. Dentre eles, podemos destacar a necessidade de cuidar do lar desde muito cedo, a herança patriarcal que ainda hoje atrela o espaço da mulher ao espaço da casa, a responsabilidade pela criação dos filhos ou, até mesmo, a dificuldade de encontrar escolas perto de casa.

Durante a apresentação do trabalho de extensão em algumas escolas, uma coisa chamou bastante a nossa atenção: a fala dos alunos bolsistas em torno dos dados do gráfico 04. Estes dados foram diretamente confrontados com a realidade dos alunos dentro e fora do IFRJ. A troca de ideias foi bastante rica e proveitosa, pois os alunos destacaram que entre as entrevistadas com faixa etária de 16 a 20 anos as dificuldades de acesso à educação no município são praticamente nulas.

Gráfico 4 – Idade X Dificuldades de Acesso à Educação



Organização: GUIMARÃES, Ricardo (2018).

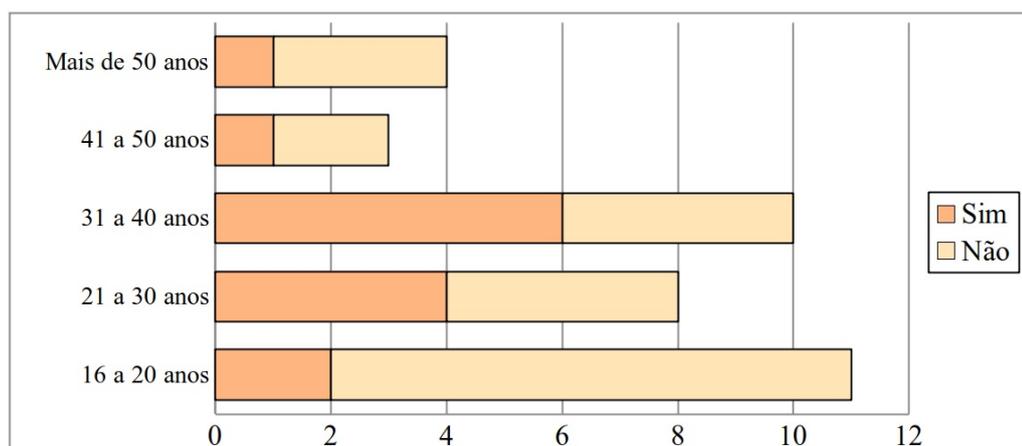
A apresentação dos nossos alunos priorizou um diálogo com a bibliografia utilizada no momento inicial para destacar que vivenciávamos um novo contexto de ideias e que essas conquistas foram obtidas com muita luta. É essencial ressaltar o trabalho e empenho dos que vieram antes de nós na busca por uma vivência mais livre e equânime. Por isso, mais do que nunca, as alunas deveriam se qualificar e buscar o mercado de trabalho, procurando ocupar espaços que tivessem maior valorização, os quais deveriam simbolizar a concretização dos seus desejos.

Para nossa surpresa, como extensionistas, muitas alunas alegaram que

10 Cabe ressaltar que, embora um percentual elevado de mulheres tenham sido motivadas, apenas a faixa etária de 16 a 20 anos não encontrou nenhuma dificuldade de acesso à educação.

terminariam o ensino médio e entrariam no mercado de trabalho, pois a universidade ainda era um sonho distante e que suas famílias precisariam aumentar suas rendas para manterem suas necessidades básicas. Esse momento nos proporcionou profundas reflexões sobre a realidade de muitas famílias. Embora tenhamos a convicção de que o acesso à educação possibilitou novos questionamentos e buscas, acreditamos que para muitas mulheres algumas conquistas foram apenas adiadas e não sepultadas. Afinal, o ensino médio, certamente, possibilitará a entrada no mercado de trabalho, algumas se realizarão e outras, talvez, redesenhem suas trajetórias a partir de novas possibilidades de formação.

Gráfico 5 – Idade X Incentivo Familiar para o Casamento



Organização: GUIMARÃES, Ricardo (2018).

O enraizamento de padrões ao longo do tempo submeteu os corpos às vigilâncias constantes e ininterruptas, de forma que gramáticas foram “escritas” e serviram de “manuais” para a construção de uma ordem hegemônica masculina. Nessa perspectiva, observamos que ainda hoje o padrão hegemônico continua a ser visto como regra para muitas famílias e os papéis construídos socialmente continuam delegando funcionalidades e espacialidades ainda presentes no universo feminino.

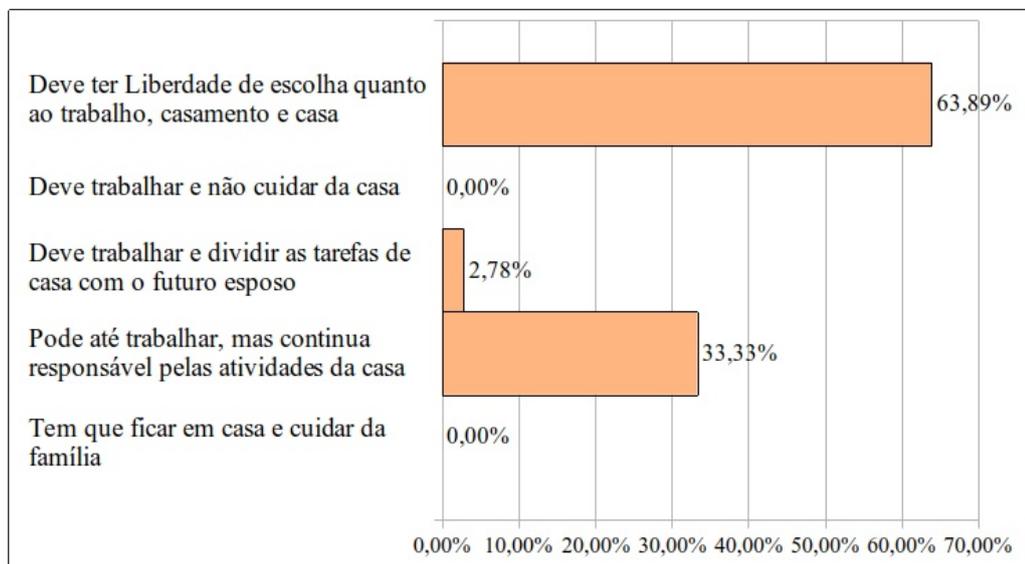
Uma das principais imposições ainda continua sendo o casamento. Para dialogar com o cotidiano dos adolescentes, nossos bolsistas fizeram uma analogia comparando a vida a um jogo de videogame. Nos jogos, conforme “passamos de fase”, novos desafios são impostos e os níveis de dificuldades vão aumentando e são considerados obrigatórios. Na vida, nas diversas etapas, passamos a ter novos desafios e um desses é o casamento - “a constituição de uma família” - para a mulher.

Conforme o Gráfico 5, independentemente da faixa etária, muitas famílias ainda veem uma obrigatoriedade no casamento e de acordo com o Gráfico 06 “legitimam” em suas falas a dupla ou, até mesmo, tripla jornada de trabalho para muitas mulheres. Afinal de contas, nas palavras de muitos, “a liberdade não deve ser confundida com libertinagem” e dessa forma, para muitas entrevistadas, existe a perpetuação da responsabilidade de “manutenção da família.

Nota-se, em diversas interlocutoras, que suas famílias defendem que as

atividades do lar continuem sendo atribuições vinculadas a uma perspectiva de gênero, mesmo que a mulher trabalhe e contribua para o aumento da renda familiar ou, como ocorre em muitos casos, seja a principal responsável pela renda da família.

Gráfico 6 – Concepção da Família sobre o Papel da Mulher



Organização: GUIMARÃES, Ricardo (2018).

Embora o Gráfico 6 já tenha dialogado anteriormente com outro gráfico, os alunos consideraram relevante destacarmos não os 63,89% das famílias que defendem que a mulher deve ter liberdade com relação trabalho, casamento e casa, mas os 33,33% das interlocutoras que alegaram que para suas famílias elas podem trabalhar, sem deixarem de lado as responsabilidades relacionadas à manutenção do lar. De forma que essa concepção perpetuada ao longo das gerações nos rendeu debates com a comunidade, tendo em vista que para exatamente um terço das famílias, independente da faixa etária das interlocutoras, a divisão social do trabalho no espaço da casa ainda é proveniente de heranças patriarcais.

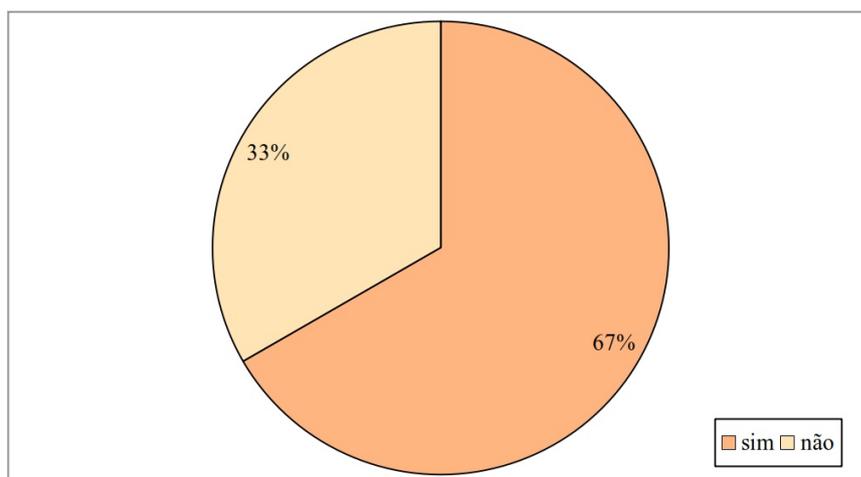
Consideramos que a “predestinação” espacial reflete uma intensa relação de poder, fruto de um processo histórico onde foram reproduzidas (ou impostas) as formas de submissão feminina. Durante as palestras, o professor de Geografia optou por fazer uma abordagem para promover a reflexão sobre as diferentes formas de apropriação do espaço, segundo uma perspectiva de gênero. Através de diálogos com os alunos, conseguimos “trazer a luz” questões que historicamente foram ocupadas seguindo uma cartilha sobre o que foi produzido como “normal e anormal”, de acordo com a lógica de gênero, e que era o momento de repensarmos a presença dos corpos segundo a lógica de cada espaço.

Pensar a perspectiva de “ser e estar” no espaço, a partir de questões de gênero, levou-nos a descortinar horizontes, pois acreditamos que a sociedade tem a capacidade de se reconstruir, quebrar paradigmas historicamente estabelecidos e romper com as formas “normalizadas” de violência.

Ivan Ignácio Pimentel, Ana Carolina Santos Barbosa, Rafael Nascimento Souza Brasil, Ricardo Guimarães Almeida, Aline Miranda Cardoso, Flávia Vidal Magalhães, Luciana da Silva Dias



Gráfico 7 – Diferenciar Violência Física e Violência Simbólica



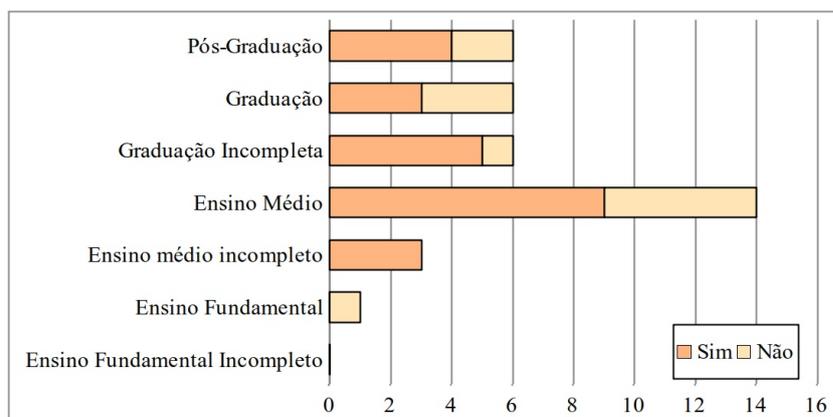
Organização: GUIMARÃES, Ricardo (2018).

Visando ampliar o debate das construções sociais relacionadas ao papel de gênero, procuramos elaborar uma pequena contribuição que objetivava inserir questões pouco debatidas no espaço escolar. Para isso, estabelecemos com nossos interlocutores um diálogo que nos deu uma visão sobre as concepções das múltiplas formas de violência de gênero, ainda presentes e naturalizadas no nosso cotidiano.

Para promovermos um debate com base em nossa pesquisa, construímos um gráfico que buscava observar o número de pessoas que tinham conhecimento sobre violência física e violência simbólica. Através do gráfico 7, constatamos que 33% das entrevistadas consideravam violência simbólica e não “tinham conhecimentos básicos” acerca das diferenças entre violência física e simbólica. Para nós, esses números são relevantes, tendo em vista que um terço das nossas interlocutoras são consideradas um número relativamente elevado.

Sabemos que, ainda hoje no Brasil, em diversos momentos o não conhecimento sobre determinadas temáticas continua a ser associado ao baixo nível de escolaridade de um determinado público específico. Em face da existência de determinados preconceitos, consideramos essencial a construção de outro gráfico, o qual associa o nível de escolaridade ao conhecimento sobre os tipos de violência.

Gráfico 8 – Nível de Escolaridade Versus Conhecimento Sobre Tipos de Violência



Organização: GUIMARÃES, Ricardo (2018).

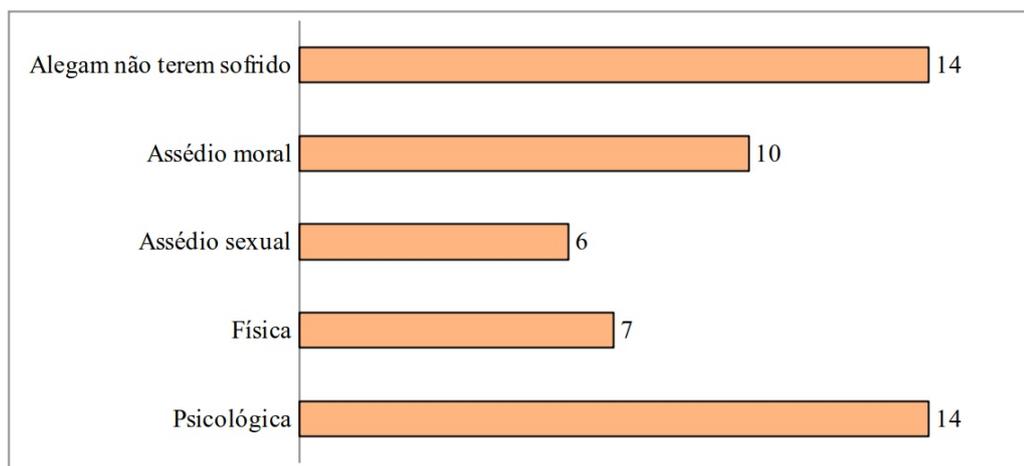
Ivan Ignácio Pimentel, Ana Carolina Santos Barbosa, Rafael Nascimento Souza Brasil, Ricardo Guimarães Almeida, Aline Miranda Cardoso, Flávia Vidal Magalhães, Luciana da Silva Dias

Através da construção do gráfico 8, o diálogo com os alunos de escolas públicas em áreas com elevado nível de vulnerabilidade tornou-se mais fácil, tendo em vista que muitos alunos “interiorizaram” determinadas características que lhes foram impostas ao longo da vida. Tínhamos medo do ‘público extensionista’ se sentir abalado por, por exemplo, não terem conhecimento sobre determinadas informações. Dessa forma, a construção de um gráfico, que demonstrasse que o desconhecimento sobre a temática se dá em praticamente todas as fases da educação, foi fundamental para enxergarmos tal debate como um tabu em diversos segmentos sociais.

Essa estratégia proporcionou maior fluidez no debate e a utilização de um vídeo do “Porta dos Fundos” serviu de pano de fundo para que os alunos que assistiam ao projeto pudessem diferenciar os diversos tipos de violência e evitassem que esses atos fossem naturalizados em seus espaços escolares.

Debatermos sobre os tipos de violência foi fundamental para combatermos a naturalização de diversos atos violentos praticados corriqueiramente por homens nas mais diversas partes do país. Essa questão pode ser observada no gráfico 09.

Gráfico 9 – Número de Vítimas de Violência

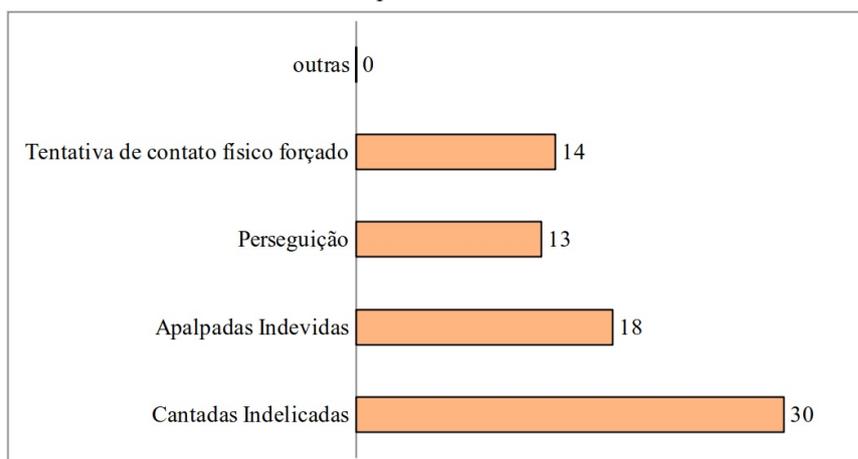


Organização: GUIMARÃES, Ricardo (2018).

Nesse gráfico (09), procuramos abordar o número de alunas do IFRJ que já tinham passado por algum tipo de violência e percebemos que 14 interlocutoras alegaram nunca terem sofrido algum tipo de violência. Entretanto, as outras 24 entrevistadas alegaram já terem sofrido algum tipo de violência. Entre essas 24, algumas alegaram terem sofrido mais de um tipo de violência, e 7 alegaram terem sofrido violência física.

A partir desses dados conseguimos demonstrar aos alunos de diversas escolas e para os servidores da prefeitura que diversos tipos de violência ao longo do tempo foram “naturalizadas”. Porém, através de uma correlação com o gráfico 10, conseguimos identificar que o debate ainda se encontra muito distante do seu encerramento.

Gráfico 10 – Tipos de Violências Sofridas



Organização: GUIMARÃES, Ricardo (2018).

Através do diálogo entre os gráficos 9 e 10, observamos que embora 14 interlocutoras tenham alegado nunca terem sofrido nenhum tipo de violência, no gráfico 10 todas as interlocutoras alegaram ter sido vítima de algumas atitudes, que para nós compõem o rol de violências, que vão desde “cantadas indelicadas”<sup>11</sup> até a tentativa de contato físico forçado. No momento em que nossos bolsistas apresentaram a correlação entre os gráficos, conseguimos identificar um grande alvoroço entre os estudantes presentes.

Em todas as apresentações realizadas em escolas públicas, o envolvimento da comunidade nos proporcionou um momento de grande interação durante a palestra, pois conseguimos identificar que a questão da violência simbólica estava sendo retratada em diversos episódios vivenciados pelos alunos. Em todas as atividades de extensão, sentíamos que nosso objetivo estava começando a ser alcançado, uma vez que os alunos demonstravam o desejo de participar e de retratar outras formas de violências ainda presentes em suas comunidades.

Além de terem sido vítimas de diversos tipos de violência, é necessário mostrar aos alunos que a violência de gênero está presente em todas as categorias de renda estabelecidas na pesquisa. De acordo com o gráfico 11, aproximadamente 70% das entrevistadas (com diferentes faixas etárias e de renda) alegaram ter presenciado algum tipo de violência contra a mulher ao longo de suas vidas.

Embora esse gráfico não tenha nos surpreendido, tendo em vista que tal informação já nos era familiar desde a revisão bibliográfica, ele foi fundamental durante as atividades de extensão em escolas estaduais que concentram alunos com elevado nível de vulnerabilidade, não para “naturalizar” a violência, mas para demonstrarmos que tal ato independe de classe social.

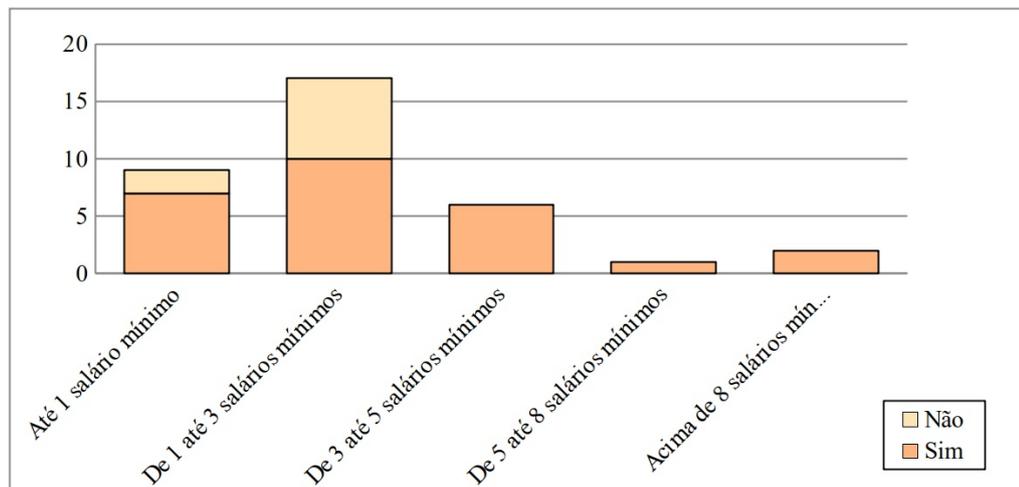
Nesse momento da atividade, em diversas escolas, inclusive no IFRJ, observamos os olhares surpresos e assustados dos alunos, pois muitos acreditavam que a violência presente no cotidiano de diversas mulheres fosse algo associado exclusivamente à pobreza e que famílias com maior poder

<sup>11</sup> As estudantes que compuseram a pesquisa optaram pelo termo coloquial “cantadas indelicadas”, pois sabemos que constantemente mulheres são violentadas com olhares excessivos, palavras e gestos em seus deslocamentos rotineiros.

## Descortinando os Paradigmas da Violência de Gênero: Um Debate além dos Muros do IFRJ

quisitivo não viviam essa realidade. Desconstruir a “criminalização da pobreza” e mostrar aos alunos e, claro, aos servidores da prefeitura que a violência de gênero estava presente nos mais diversos segmentos da sociedade<sup>12</sup> foi uma etapa muito importante do projeto de extensão.

Gráfico 11 – Renda Versus Presenciar Violência de Gênero

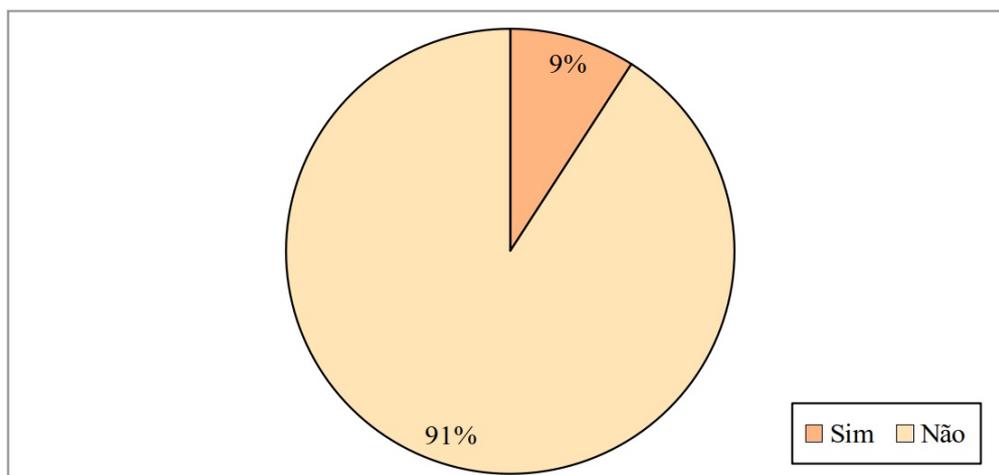


Organização: GUIMARÃES, Ricardo (2018).

Por último, optamos por elaborar um gráfico e abordar o percentual de registros de ocorrência por conta da violência de gênero. Apesar de muitas mulheres carregarem em suas vidas as marcas de inúmeros tipos de violências, de acordo com o gráfico 12, apenas 9% das entrevistadas fizeram uma ocorrência policial após se sentirem violentadas.

Procuramos mostrar aos alunos por meio de gráficos o quanto a ausência de dados dificulta o desenvolvimento de políticas públicas envolvendo a temática em questão. Quando questionadas sobre a causa de não fazerem a ocorrência, muitas mulheres alegaram o sentimento de vergonha, pois a violência sairia do âmbito do privado e passaria a ser do conhecimento da vizinhança. Além disso, por dependência econômica, muitas alegaram que não o fazem por amarem seus parceiros e por desacreditarem na polícia.

Gráfico 12 – Percentual de Mulheres que Realizaram Ocorrência Policial



Organização: GUIMARÃES, Ricardo (2018).

Ivan Ignácio Pimentel, Ana Carolina Santos Barbosa, Rafael Nascimento Souza Brasil, Ricardo Guimarães Almeida, Aline Miranda Cardoso, Flávia Vidal Magalhães, Luciana da Silva Dias

Diante de tantos motivos observados nas falas das interlocutoras, a que trata do amor foi a mais calorosamente debatida entre os bolsistas e alunos das escolas estaduais. Foi interessante observar o momento em que os adolescentes começaram a pautar questionamentos sobre a ideia de que amor que destrói e agride o outro (mesmo quando a alegação é a amorosidade), por conseguinte, não é amor. Para eles, embora tenham romantizado a palavra “amor”, através de relações que consideram a existência do amor não pode haver espaço para violência, pois esse sentimento possibilita a valorização do outro e não a criação de feridas no corpo e na alma.

Outra questão levantada pelos alunos, quando alegaram estar de acordo com o não registro da violência de gênero, diz respeito à forma como o Estado esteve presente em suas vidas ao longo do tempo. Para eles, o poder policial era ineficiente e não tinha interesse em resolver os problemas das camadas mais pobres da sociedade.

Disseram que a polícia sempre reproduziu atos violentos em suas comunidades e como agora essa mesma polícia poderia combater a violência? Coube a nós, nesses momentos, apresentarmos a existência de delegacias especializadas e de algumas propostas de Estado, destacando a importância de denunciarem e romperem com o domínio e a violência a partir das perspectivas de gênero.

Conversar sobre essa questão foi algo muito rico e árduo, sobretudo porque tivemos a oportunidade de trazer aos alunos a importância da existência do Núcleo Integrado de Apoio a Mulher (NIAM), bem como todo trabalho que vem sendo realizado ao longo do tempo por esse núcleo em parceria com o Instituto Federal do Rio de Janeiro.

Por fim, concluímos com a certeza de que o trabalho de extensão, com a realização de uma revisão bibliográfica, trabalhos de campo e a construção de dados a partir do IFRJ, possibilitou a consolidação e a efetividade de um projeto que ultrapassou os muros do IFRJ e alcançou diversos estudantes da educação básica e servidores da prefeitura.

Além das palestras e encontros, apresentamos nossos dados à Secretaria Municipal de Relações Comunitárias e Cidadania de Resende, a qual nos solicitou a realização de cursos de aperfeiçoamento para alguns conselheiros que atendem diversas mulheres que são vítimas de violência doméstica no Município de Resende.

### **Considerações Finais**

Desenvolver um trabalho com toda a comunidade (docentes, técnicos administrativos e discentes) possibilitou uma construção democrática, abundante e ampla, respeitando e absorvendo a multiplicidade de experiências e “espaços vividos” por cada pessoa que se dedicou a esse projeto de extensão. Esse foi o caminho encontrado para que todos fôssemos peças-chaves durante o projeto e devido a esse modelo conseguimos atingir os objetivos propostos.

Trabalhar com um tema tão rico e, ainda, pouco explorado nos mais

---

12 A educação e a transformação estrutural da sociedade são campos indissociáveis. Logo, faz-se necessária uma educação como sinônimo de consciência crítica, articulada a uma práxis desafiadora e transformadora das estruturas sociais (ARAÚJO, 2018, p. 294).

diversos âmbitos de ensino foi algo maravilhoso, principalmente quando vimos que os dados construídos e analisados foram fundamentais para que alcançássemos diversas espacialidades, o que inclui a nossa escola, outras escolas, até chegarmos à Secretaria Municipal.

Levando em consideração o elevado número de mulheres de diferentes faixas etárias no município de Resende, defendemos a construção de um saber que rompa com o “academiquês” e que envolva a comunidade a fim de produzir conhecimentos através da escola. Essa pesquisa possibilitou, por meio de uma pequena ferramenta, que alunos da educação básica fossem protagonistas e aprendessem a “fazer balbúrdia” em favor de uma sociedade mais justa, solidária, livre e menos violenta.

### Referências

ARAÚJO, Osmar Hélio Alves. Qual Educação é Necessária Para a Superação da Violência e de Injustiças? **Revista Teias**, v. 19, n. 53, p. 288-298, 2018.

BAUMAN, Zygmunt. **Identidade, Entrevista a Benedetto Vecchi**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2005.

BORDIEU, Pierre. **La noblesse d'État**. Grandes écoles et esprit de corps. Paris: Les Éditions de Minuit, 1989.

BORDIEU, Pierre. **O Poder Simbólico**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2005.

BUTLER, Judith. **Gender Trouble: Feminism and the Subversion of Identity**. New York: Routledge, 1990.

BUTLER, Judith. **Bodies That Matter: On the Discursive Limits of "Sex"**. New York: Routledge, 1993.

BUTLER, Judith. **Lenguaje, poder e identidad**. Madrid: Editorial Síntesis, 2004.

BUTLER, Judith. **Relatar a si mesmo: Crítica da violência ética**. Trad. Rogério Bettoni. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2015.

CASTELLS, Michel. **O Poder da Identidade**. São Paulo: Paz e Terra, 1999.

CHAUÍ, Marilena. **Repressão Sexual: Essa Nossa (Des)conhecida**. 3ª ed. São Paulo: Editora Brasiliense, 1984.

DAMATTA, Roberto. **A casa e a rua: espaço, cidadania, mulher e morte no Brasil**. Rio de Janeiro: Guanabara, 1987.

FOUCAULT, Michel. **Microfísica do poder**. 11. ed. Rio de Janeiro: Graal, 1979.

FOUCAULT, Michel. **História da sexualidade 1: A vontade de saber**. Rio de Janeiro: Graal, 1985.

GOFFMAN, Erving. **A Representação do Eu na Vida Cotidiana**. Petrópolis: Vozes, 1975.

GOFFMAN, Erving. **Estigma: Notas Sobre a Manipulação da Identidade Deteriorada**. Rio de Janeiro: Editora Guanabara, 1988.

GOVERNO DO RIO DE JANEIRO. Instituto de Segurança Pública. **A Representação do Eu na Vida Cotidiana**. Petrópolis: Vozes, 1975.

GOVERNO DO RIO DE JANEIRO. **Dossiê mulher 2015**. 10. ed. Rio de Janeiro, 2015.

HAESBAERT, Rogério. Da Desterritorialização à Multiterritorialidade. In: Encontro de Geógrafos da América Latina, 10., 2005, **Anais...** São Paulo: USP, 2005. p. 6774-6792.

HAESBAERT, Rogério. **Territórios Alternativos**. 2. ed. São Paulo: Editora Contexto, 2006.

HALL, Stuart. **Identidade cultural na pós-modernidade**. Rio de Janeiro: DP&A, 2000.

LOURO, Guacira Lopes. Gênero e sexualidade: pedagogias contemporâneas. **Pro-Posições** [online], v. 19, n. 2, p. 17 – 23, 2008.

MIGUEL, Luis Felipe. Da “doutrinação marxista” à "ideologia de gênero"— Escola Sem Partido e as leis da mordaza no parlamento brasileiro. **Revista Direito e Práxis**, v. 7, n. 15, p. 590 – 621, 2016.

PIMENTEL, Ivan Ignácio; BARBOSA, Ana Carolina Santos. A Invisibilidade do Ser e a Visibilidade do Prazer: A Identidade Travesti e a Formação do Espaço Simbólico no Bairro da Glória – RJ. In: 2º Encontro da Sociedade Brasileira de Sociologia, 2010, Belém. **Anais do 2º Encontro da Sociedade Brasileira de Sociologia Norte**, 2010.

SILVA, Joseli Maria. A cidade dos corpos transgressores da heteronormatividade. Diez años de cambios en el Mundo, en la Geografía y en las Ciencias Sociales, 1999-2008. **Actas del X Coloquio Internacional de Geocrítica**, Universidad de Barcelona, 26-30 de mayo de 2008. Disponível em: <<http://www.ub.es/geocrit/-xcol/438.htm>>.

SILVA, Joseli Maria. **Geografias Subversivas: discurso sobre espaço, gênero e sexualidades**. Ponta Grossa: Todapalavra, 2009.

SILVA, Joseli Maria; ORNAT, Marcio Jose; CHIMIN JUNIOR, Alides (orgs).

**Ivan Ignácio Pimentel, Ana Carolina Santos Barbosa, Rafael Nascimento Souza Brasil, Ricardo Guimarães Almeida, Aline Miranda Cardoso, Flávia Vidal Magalhães, Luciana da Silva Dias**

**Geografias Malditas:** corpos, sexualidades e espaços. Ponta Grossa-PR: Todapalavra, 2013.

STEARNS, Peter. **História da sexualidade.** São Paulo: Contexto, 2009.

VELHO, Gilberto. **Individualismo e cultura.** Notas para uma antropologia da sociedade contemporânea. Rio de Janeiro: Zahar, 1981.